

O USO DE RECURSOS DIDÁTICOS ALTERNATIVOS: O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE PESSOAS SURDAS EM FOCO

Joéldina de Araújo Sousa¹
Vanuza Rocha da Silva²
Ritha Cordeiro de Sousa e Lima³

RESUMO

O presente projeto é de cunho qualitativo e de natureza bibliográfica amparado na análise de artigos científicos que tratam do processo de aprendizagem de pessoas surdas, a partir de um recorte temporal que compreende o período de 2006 a 2018, abordando o tema, o uso de recursos didáticos alternativos no processo de aprendizagem pautados na inclusão das pessoas com surdez. Como critério para obtenção dos resultados da pesquisa foram levantadas as seguintes hipóteses. Como é o processo de aprendizagem da pessoa surda? E como o docente pode facilitar esse supracitado do aluno utilizando recursos didáticos alternativos? Objetivamos por meio desta pesquisa apresentar a realidade do ensino regular e das práticas desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem da pessoa surda. Da pesquisa resultou que educação de pessoas surdas tem por premissa o visual como parte integrante da constituição linguística. Em virtude disto, é de suma importância que todo o material didático, bem como a prática pedagógica, considere essa especificidade que faz parte da constituição bilíngue das pessoas com surdez. O manuseio desses recursos no processo de ensino é importante para desconstruir o modelo de educação tradicional, que tem como característica a figura do/a professor/a como centralizador/a do saber acadêmico/escolar.

Palavras-chave: Ensino e Aprendizagem. Pessoas Surdas. LIBRAS. Material didático Alternativo.

1. INTRODUÇÃO

A educação das pessoas com surdez passou por grandes embates em vistas da especificidade linguística da língua de sinais. Atualmente as pessoas com surdez estão imersas em uma condição educacional que tem por premissa o bilinguismo. Contudo, a pesquisa problematiza qual a concepção de bilinguismo que permeia a educação de surdos na atualidade. É necessária a problematização proposta, uma vez que em um ambiente bilíngue (existe a figura de um tradutor ou de um professor com conhecimento para traduzir para sinais a linguagem do português), a língua de sinais assume o papel de língua de instrução por excelência e a língua portuguesa, a segunda língua na modalidade escrita. Entretanto, um tradutor intérprete de Libras não é garantia de um ensino bilíngue, bem como a utilização da língua de sinais para o ensino da língua portuguesa também não deve ser considerado um processo bilíngue. Diante do acima exposto, a escolha da temática proposta pela pesquisa em tela “o uso de recursos didáticos alternativos: a aprendizagem da pessoa surda em foco”, que

visa desenvolver de forma didática o aprendizado cognitivo dos alunos, surgiu da inquietação da própria estagiária Joéldina de Araújo Sousa, que por ser surda e ser vítima das dificuldades que um surdo passa até chegar à Universidade. O tema em epígrafe também fora proposto pela experiência vivida pela estagiária Vanuza Rocha da Silva, que trabalha junto a uma criança surda em uma escola regular de ensino, da cidade de Campina Grande-PB. Nesta atividade laborativa, percebeu que ocorre um avanço significativo no aprendizado do aluno quando usado recursos que favorecia a sua visualidade. Justifica-se a discussão aqui proposta devido ao fato do sujeito surdo ter enfrentado e ainda enfrentar inúmeras dificuldades para ser inserido na sociedade de forma ativa e participativa. Realidade idêntica para a criança surda, onde existem barreiras, no que se refere a educação, gigantescas..

2. METODOLOGIA

O estudo em epígrafe foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica. Segundo Boccato (2006, p. 266 apud PIZZIANI, et. al., 2012, p.4), a pesquisa bibliográfica é uma das etapas da investigação científica e — por ser um trabalho minucioso — requer tempo, dedicação e atenção por parte de quem resolve empreendê-la:

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (BOCCATO, 2006, p. 266, apud PIZZIANI, et. al., 2012, p.4).

Como a pesquisa bibliográfica é um trabalho investigativo minucioso em busca do conhecimento e é a base fundamental para o todo de uma pesquisa, a elaboração da proposta de trabalho do presente estudo justifica-se, primeiramente, por elevar ao grau máximo de importância da temática, como também justifica-se pela intenção de torná-la um objeto facilitador do trabalho daqueles que possivelmente tenham dificuldades na localização, identificação e manejo do grande número de bases de dados existentes por parte dos usuários.

A construção do arcabouço teórico partiu de livros e artigos, utilizando como ferramenta de busca: o Google Acadêmico, o site da Capes e Scielo. Sendo necessário empregar as palavras chaves: Desenvolvimento / Lúdico / Aprendizagem / Jogos / Educação /

Brincadeiras / Alfabetização/ AEE / Lúdico / Surdo / Aprendizagem / Brincadeira/ Libras / Educação Bilíngue / Ludicidade / Educação Infantil, de 2019 à 2018.

Os conceitos que nortearam o desenvolvimento do estudo em tela partiram de autores como; (DANTAS et al 2018, NASCIMENTO 2014, PIMENTEL et al 2014, JLL FILHA et al 2018). Alguns trabalhos acadêmicos foram selecionados para composição da fundamentação teórica desta pesquisa, com a introdução de temas específicos de forma conceitual.

Por fim, destaca-se que para a análise do material bibliográfico selecionado foi utilizado o método descritivo qualitativo, que exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Para dialogar acerca do desenvolvimento de práticas educacionais alternativas que possibilitem o desenvolvimento da aprendizagem em pessoas surdas, inicialmente será necessário realizar uma breve construção histórica sobre o reconhecimento social das pessoas com surdez. Inicialmente destaca-se que qualquer tipo de conversação sobre inclusão social se apresenta como importante, pois a perspectiva discursiva acadêmica relacionada à questões de pessoas com deficiência está presente durante toda a história da humanidade, sendo as pessoas com deficiência discriminadas desde os primórdios da civilização, evidenciando que, na maioria das vezes, foram retiradas do convívio social, por apresentarem alguma abnormidade. . Por esta razão, as pessoas com deficiência eram desdenhadas e reprimidas, sob a justificativa, ainda que torpe, da crença de que a deficiência em si era contagiosa. Em virtude disto, os ditos normais tratavam as pessoas com algum tipo de deficiência, como incapaz e iguais aos enfermos.

Acerca do correto conceito de incapacidade, em contraposição a conceituações arcaicas e a crenças preconceituosas populares, recorre-se ao Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Bueno, que assim dispõe:

[...] incapacidade significa inaptidão, inépcia, e o termo incapaz (IDEM) significando impossibilitado, inábil. No entanto, insuficiência ...é a incapacidade de um órgão para executar a função que lhe foi cometida. Assim sendo, deficiência nada mais é do que a impossibilidade de exercer algo por incapacidade de um órgão para executar a função.



Ou seja, deficiência é a impossibilidade de alguém exercer alguma função devido a alguma limitação orgânica [...] (BUENO, 2000) (grifos nossos) .

Compreende-se assim que, o que difere o deficiente de alguém considerado normal é o nível desta limitação. Com o passar dos anos a criança com deficiência foi saindo do anonimato e posto em evidência na sociedade, em todos os âmbitos sociais, mas principalmente no que se refere a educação.

Com o deficiente auditivo não foi diferente, no que se refere a aceitação da sociedade para com os surdos, toda a sua trajetória de vivência social foi, principalmente, marcada por preconceitos, discriminação, opressão, desamparo e por muitas vezes até a morte. Houve um período técnicas e de outros em que a educação dos surdos tinha apenas o objetivo de superação da surdez, por meio de recursos, negando a própria língua e a própria cultura.

A realidade do deficiente auditivo torna-se complexa no contexto de aprendizagem, uma vez que eram obrigados a usar a língua majoritária do país, como um fator preponderante para sua subsistência na sociedade. Frisa-se que a língua portuguesa é de difícil aprendizagem, e praticamente impossível de ser adquirida de forma espontânea. Sobre a utilização da língua portuguesa para a comunicação dos surdos, Goldfeld (1997, p.27 apud MARIOT, 2017, p.8), relata que através da história ficou evidenciado que a proibição do uso da língua de sinais trouxe, para os deficientes auditivos, dificuldades na escolarização e na socialização, que perdura até hoje.

A luta da comunidade surda no Brasil por uma educação de qualidade foi árdua, o caso da criança surda inserida no ensino regular ou particular traz avanços mesmo que mínimos. A lei de Libras, lei nº 10.436/2002, que tornou esta língua a segunda língua oficial do país, e o Decreto n.º 5.626/05 são dois documentos que trouxeram muitas conquistas para a comunidade surda, principalmente no que se refere à educação. Entretanto, isso não significa que todos os problemas acometidos aos surdos mediante as suas lutas foram sanados.

Acerca da legislação acima exposta, Cassiano (2017, p.5) traz uma reflexão sobre o que significa a lei nº 10.436/2002:

A Lei 10.436 nos leva à ideia de que o surdo precisa ser incluído na educação. Ela reconhece a Libras como meio oficial de comunicação em seu artigo primeiro “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. E ainda define no parágrafo único: “Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão



de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Lei nº 10.436, de 24 abril de 2002).

Portanto, a Lei nº 10.436 que concebe a Língua Brasileira de Sinais – Libras, traz reconhecimento para a comunidade surda. Com isto é possível para o deficiente auditivo constatar seus direitos primordiais sendo empenhados pela população como um todo, principalmente para as vivências em locais públicos.

Para tornar a aula mais atrativa e dinâmica, existem vários recursos alternativos que possibilitam fazer essa mediação entre o aluno e o conhecimento, contribuindo para a aprendizagem e motivação dos alunos. Souza (2007, p. 110, apud PIMENTEL e SABINO, 2013, p.5) ressalta que: “é possível a utilização de vários materiais que auxiliem a desenvolver o processo de ensino e de aprendizagem, isso faz com que facilite a relação professor – aluno – conhecimento.”.

Sabe-se que por muitas vezes a construção desses recursos surgem no dia-a-dia, quando o professor percebe uma situação em que se necessite, encaixe e favoreça o apoio de algum material didático para auxiliar na compreensão do aluno. Em virtude disto, o professor precisa conhecer a realidade do aluno que está na sua sala de aula. Diante da realidade da necessidade da pessoa surda em aprender pelo visual, cabe aos professores primar pela busca de recursos que otimizem a aprendizagem de seus alunos, uma vez que sua apreensão da realidade se dá pela via visual. Sobre isso Albres (2012, p.43 apud PIMENTEL e Sabino 2013, p.7) assevera que: “os professores contam com poucos materiais pedagógicos para alunos surdos e que tenham como língua de registro a libras. Assim cabe aos professores confeccionar seus próprios materiais didáticos.”.

Quadros, Cruz e Pizzio (2006, p.99) enfatizam que:

“São inúmeros os recursos didáticos que podem ser usados na educação de surdos. O aspecto que faz diferença é sem dúvida a criatividade do professor. Muitos recursos surgem no dia-a-dia, quando o professor se vê diante de uma situação em que se faz necessário algum apoio material para que consiga alcançar de forma eficaz, a compreensão da criança ou para que a mesma consiga o conhecimento de forma plena.”

No entanto, para que isso ocorra, é necessário compreender o que são recursos didáticos alternativos e qual o seu papel no processo de ensino aprendizagem do aluno. Segundo Souza (2007, p.111, apud PIMENTEL & SABINO 2013, p.8) os recursos didáticos alternativos são “todo material utilizado como auxílio no ensino-aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos”. Em síntese, compreendem diversos instrumentos e metodologias pedagógicas usadas como aporte no desenvolvimento das aulas

ministradas, além da organização do ensino aprendizagem, servindo como motivação gerando interesse nos educandos em compreender a disciplina ministrada.

Quando usados de forma adequada, os recursos didáticos apresentam inúmeras vantagens para todos os envolvidos, como por exemplo, motivar e despertar o interesse dos participantes, desenvolver a capacidade de observação, aproximar os participantes de suas realidades sociais e culturais, visualizar de forma mais clara o conteúdo da aprendizagem, oferecer informações acerca dos mais variados assuntos, ajudar na ilustração de noções mais abstratas, entre outras inúmeras vantagens.

Os recursos didáticos alternativos mais utilizados são os chamados recursos audiovisuais, que segundo (FERREIRA, FRIGHETT e SANTOS, 2010, p. 5) são diversas formas de comunicação que unem imagem e som, e que enfatizam a alguns sentidos de captação mais forte na aquisição de conhecimentos e apreensão de informações (audição e visão). Uma famosa frase atribuída ao filósofo Confúcio a milhares de anos, e citada por Teixeira (2009, apud FERREIRA, FRIGHETT e SANTOS, 2010, p.8), diz que o que se vê e ouve é esquecido, entretanto aquilo que se constrói com as próprias mãos, compreende-se e jamais se esquece.

Compreende-se assim que quando o recurso utilizado chama a atenção para o visual demonstra resultados positivos, o aluno torna-se mais confiante, capaz de se interessar por novas situações de aprendizagem e de construir conhecimentos mais complexos. Entretanto, tais recursos ainda são pouco utilizados. Tal fato pode estar ancorado pelo sentimento de segurança e conforto nas metodologias consideradas tradicionais. Diante do acima exposto, é necessário que os professores ressignifiquem suas atitudes diante dos meios de comunicação, sob o risco de não acompanharem os avanços tecnológicos, característicos dos tempos atuais. A fim de esclarecer o exposto, Libâneo (2006, p. 41) ressalta que: “os meios de comunicação social (mídias e multimídias) fazem parte do conjunto das mediações culturais que caracterizam o ensino”.

Sendo assim, todos os recursos têm seu valor, desde que fomente no professor a vontade de ensinar, e no aluno o desejo de aprender. Vários são os recursos alternativos que podem ser utilizados como estratégia metodológica na prática pedagógica no contexto educacional, tais como: mídia impressa, televisão, vídeo, DVD, rádio, retroprojektor, computador e multimídia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para dialogar acerca do processo de aprendizagem da pessoa surda em situações fáticas, utilizou-se como fonte de dados quatro artigos científicos com pesquisas de valores empíricos. Tendo por temática: jogos adaptados utilizados como recursos pedagógicos facilitador para o ensino de libras em castanhal-PA (PIMENTEL & SABINO 2013); a pedagogia visual na educação dos surdos: das possibilidades a realização (NASCIMENTO 2014); a importância da adaptação dos recursos didáticos no ensino bilíngue (DANTAS, 2018); e por fim, a Ludicidade e educação de surdos: Construção de materiais didáticos-pedagógicos para o ensino de libras-L1 (JLL FILHA et al , 2017).

Diante das pesquisas realizadas identificou-se que o sujeito surdo vislumbra o mundo por meio da visualidade, e que o ensino da língua portuguesa de forma artificializada, colocando-o na posição de mero copista sem atribuição de significados ao conteúdo disseminado, não facilita o seu processo de aprendizagem. Por essa razão, a criança surda deve aprender primeiro a se comunicar em sua língua natural a L1(Libras), após ser desenvolvida esta língua é que se deve prosseguir a aprendizagem da segunda língua, Língua Portuguesa na modalidade escrita, L2.

Dada a especificidade da língua natural das pessoas com surdez, pressupõe-se que as escolas que recebem os alunos surdos sejam bilíngues ou que as escolas regulares adotem o ensino tão somente voltado para a experiência visual, facilitando assim a aprendizagem do aluno. Contudo Lebedeff (apud NASCIMENTO (2015, p.4) aponta que existe uma discrepância quanto ao discurso de que (o surdo aprende pela visualidade) e práxis não é vivenciada tanto em escolas regulares quanto em escolas bilíngues.

Neste sentido, Nascimento (2015, p.4), expõe em sua pesquisa essa realidade. A autora percebeu, a partir de Lebedeff, que os professores ainda estão em uma zona de conforto que não os permitem adaptar os materiais didáticos que possibilitam a participação, o aprendizado efetivo, o pertencimento ao espaço escolar por parte das crianças com surdez.

Então podemos prever que as escolas adotem a visualidade com intensidade na educação dos surdos. Porém, a pesquisadora Lebedeff constatou exatamente o contrário, ou seja, que, embora haja o discurso de que o surdo aprende pela experiência visual, nem sempre isso se aplica às estratégias de ensino. Ela relata sobre suas observações que "(...) a tendência maior é a de reprodução de atividades e experiências ouvintes, com tímidas incursões pelo letramento visual e pela cultura surda (LEBEDEFF, 2010, p. 177 apud NASCIMENTO, 2015, p.4).

Diante do exposto evidencia-se que as influências de um modelo de pessoas ouvintes ainda é muito vivo nas escolas que atendem as crianças com surdez. De modo que a especificidade linguística de tais crianças é desconsiderada. Aplicando-se a elas as mesmas atividades e práticas pedagógicas, que são pensadas e articuladas para as crianças usuárias de uma língua oral-auditiva.

Ao passo que a visualidade da pessoa surda é desconsiderada, o próprio ser humano passa também a ser desconsiderado, pois o homem é constituído de linguagem e tem seu aprendizado por meio da comunicação.

No espaço escolar, as atividades estão relacionadas ao conteúdo exposto com vistas a reforçar ou identificar o aprendizado do que foi anteriormente disseminado. Sobre isto, Nascimento evidencia ainda que:

Esta distância entre discurso (O surdo é sujeito visual) e prática (experiência visual não é privilegiada na escola) pode ser observada tanto na escola para ouvintes com alunos surdos incluídos como nas próprias classes de surdos, seja com professores surdos ou ouvintes (LEBEDEFF, 2010, p. 176 – 177 apud NASCIMENTO, 2015, p.6)

É inegável o fato de que o Estado deve proporcionar ao professor uma formação continuada adequada para que os profissionais possam aprender a libras, aprender a cultura surda, aprender a traçar estratégias que privilegiem o acesso ao conteúdo, valorizando as potenciais visuais das pessoas surdas e, principalmente, como receber e incluir esses alunos no convívio escolar e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para discorrer sobre o uso de meios alternativos para o desenvolvimento da aprendizagem das pessoas surdas, foi necessário estudar a lei que institui a língua de sinais como língua oficial do deficiente auditivo, além da LDB e demais dispositivos legais vigentes que tratem de garantias a educação dos alunos surdos.

As discussões que regem essa pesquisa não devem ser consideradas como fim de discussão, por esse motivo intitulou-se este tópico como uma vírgula aos invés de um ponto final. Por entender que muito ainda deve ser feito no que se refere à educação das pessoas surdas, muitas questões devem ser refletidas e práticas docentes (re)significadas. Elucidando o questionamento principal da pesquisa, sabe-se, e aqui foi amplamente discorrido, que muito foi conquistado no que concerne à educação das pessoas surdas. Entretanto, isso não pode

paralisar os profissionais de educação, pois muito ainda deve ser feito para que as pessoas com surdez possam desfrutar de uma igualdade material que as coloque em condições igualitárias com as pessoas ditas “normais”. As principais mudanças na educação dos surdos dizem respeito à possibilidade do deficiente auditivo expressasse na sua língua de sinais. Mesmo diante de tantas barreiras que surgem no dia-a-dia do aluno surdo, que normalmente ingressou na escola tardiamente, professores mal preparados e políticas públicas que não favorecem de fato a sua inclusão na sociedade, constata-se nas pesquisas que os docentes estão tendo um olhar mais humanizado para essas crianças, estão buscando por muitas vezes de seus próprios recursos se atualizarem quanto às práticas pedagógicas para inserir esses alunos de fato no contexto escolar. É relevante destacar que para que se efetive a educação de pessoas surdas de modo a proporcionar-lhes uma educação que considere suas potencialidades, partiu-se do pressuposto que todas as pessoas apresentam limitações sejam marcadas fenotipicamente ou não. Diante disto, faz-se necessário uma metodologia que contemple a visualidade naturais em usuários de línguas de sinais. Os dados coletados proporcionam esperança de enxergar uma inclusão que passe pela inteireza das pessoas, que considere a língua como sendo um artefato cultura de suma importância, pois a partir dela é possível construir um pensamento crítico, constituindo o ser humano enquanto sujeito de fato. Em um país onde há tanta barbárie, a educação ainda é a principal forma de nos tornarmos humanos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS . Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: . Acesso em: 22 Jun 2019.
- _____. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS . Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: . Acesso em: 22 Jun 2019.
- BUENO, Silveira. Dicionário da língua portuguesa . São Paulo: FTD, 2000.
- CASSIANO, Paulo Victor. O surdo e seus direitos: os dispositivos da lei 10436 e do decreto 5626. 2017. Portal Arara Azul. Disponível em: . Acesso em 10 Out 2019.
- CÓRDULA, E. B. L.; e DANTAS NETA, G. E.. O lúdico como facilitador no ensino da educação de libras no Brasil. 2017. Portal Educação Pública. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/13/o-ldico-como-facilitador-no-ensino-da-libras-na-educao-infantil>>. Acesso em 10 Out 2019.

DANTAS, Jailma da Silva. A importância da adaptação de recursos didáticos na educação de surdos. 2015. Portal Editora Realize. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA7_ID1695_16082018150844.pdf>. Acesso 01 Set 2019.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais construindo o surdo como sujeito . Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a14v2691.pdf> Acesso em: 21 out 2019.

FERREIRA, C. K.; FRIGHETTO, A. M.; SANTOS, J. C. Uma abordagem lúdica sobre o uso do jogo e da brincadeira no processo de alfabetização . Nativa - Revista de Ciências Sociais, Mato Grosso, v. 1, nº 2, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê?. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/641-4.pdf> >. Acesso em 02 out 2019.

LIRA, Kalline Flávia Silva de; DIODATO, José Roniero; MARANHÃO, Iágrici de Lima. Percepção de estudantes surdos/as sobre as políticas de inclusão na educação básica e superior. 2018. Rio de Janeiro. Disponível em:. Acesso em 19 out 2019.

MARIOT, Alini. Caracterizando o sujeito surdo. Portal ALAS. 2017. Disponível em <http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/6889_alini_mariot.pdf> . Acesso em 25 Out 2019.

MOREIRA, D. A. O Método Fenomenológico na Pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/nildo/Downloads/617-2055-1-PB.pdf> Acesso em: 05 out 2019.

NASCIMENTO, Lillian Cristine Ribeiro. A Pedagogia Visual na Educação dos Surdos: das possibilidades a realização. 2015. Portal da Universidade Estadual do Ceará Disponível em: <http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro3/73%20A%20PEDAGOGIA%20VISUAL%20NA%20EDUCA5C3%87%C3%830%20DOS%20SURDOS%20DAS%20POSSIBILIDADES%20%20C3%8020REALIZA%C3%87%C3%830.PDF>>. Acesso em 02 out 2019

OLIVEIRA, E. C. Jogos na Educação de Surdos: proposta de uso de objetos de aprendizagem. In: Epeal, 5., Maceió, 2010. Anais... Maceió: UFAL, 2010.

PIMENTEL, Ilma Ferreira; & SABINO, Elianne Barreto. Jogos adaptados utilizados como recursos pedagógicos facilitador para o ensino de libras em Castanhal-PR. 2013. Portal Editora Realize. Disponível em: . Acesso 01 Set 2019.

PIZZIANI, Luciana; et. al. A Arte da Pesquisa bibliográfica na Busca do Conhecimento. 2012. Portal da Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Disponível em:

https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/download/1896/pdf_28/.

Acesso em 01 nov de 2019.

QUADROS, R. M. de, CRUZ, C., PIZZIO, A. L. Desenvolvimento da língua de sinais: a determinação do input. In: 8º Congresso Internacional da ISAPL. Porto Alegre, 2007. Acesso em: 02 out 2019. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifico/linguaBrasileiraDeSinaisVI/assets/619/TEXTTO_BASE_-LIBRAS_VIn.pdf

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 1970. Disponível em: <<http://ri.uepg.br:8080/monografias/bitstream/handle/123456789/51/Vania%20Solt%20es.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 out 2019

SILVA, Vanessa Jeane da. As barreiras na comunicação no ensino de alunos surdos: um estudo de caso 2016. Portal Editora Realize. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA7_ID3871_26052016100846.pdf>. Acesso 01 Set 2019

SOLTES, Vania RAUPP, Eliane Santos. A internacionalidade na propaganda publicitária. Universidade estadual de Ponta Grossa. Paraná. 2006. Disponível em: <http://ri.uepg.br:8080/monografias/bitstream/handle/123456789/51/Vania%20Soltes.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 out 2019

SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In : I encontro de pesquisa em educação, IV jornada de prática de ensino, XIII semana da pedagogia da UEM, Maringá, 2007. Arq. Mudi. Periódicos. Disponível em: [file:///C:/Users/nildo/Downloads/373-1202-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/nildo/Downloads/373-1202-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 02 out. 2019.